

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Senhor Gastão Dias Vieira, Ministro de Estado do Turismo, sobre convênios celebrados entre o Ministério do Turismo e prefeituras, no ano de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Turismo, Sr. Gastão Dias Vieira, informações sobre convênios celebrados entre o Ministério do Turismo (Mtur) e prefeituras no ano de 2012.

Solicita-se que sejam encaminhadas:

- cópias dos convênios celebrados, assinados e empenhados entre o Ministério do Turismo e prefeituras no ano de 2012, provenientes de emendas parlamentares e referentes a **eventos e ações de promoção de atrativos turísticos**, acompanhados do inteiro teor dos respectivos pareceres jurídicos emitidos pela Consultoria Jurídica (Conjur) deste Ministério; e

- a devida identificação dos consultores responsáveis por cada parecer.

Justificativa

No inicio do mês de março, o Tribunal de Contas da União (TCU), por decisão do Plenário, determinou abertura de processo para investigar pelo menos 17

autorizações de repasses de recursos federais a prefeituras em 2012, após constatar irregularidades em outras fiscalizações feitas em 2009, 2010 e 2011. Além disso, o TCU questiona a celeridade exagerada na emissão dos pareceres jurídicos.

Em reportagem publicada no jornal *Correio Braziliense*, na seção *Política*, página 2, em 11 de março de 2013, a jornalista Juliana Colares apontou que dos vinte e um convênios firmados em 2012 com recursos oriundos de emendas parlamentares, cinco receberam pareceres favoráveis no mesmo dia em que chegou à Conjur/Mtur e outros cinco receberam pareceres favoráveis no dia seguinte. Essa celeridade na emissão dos pareceres inviabiliza as análises exigidas pela legislação para a celebração dos convênios como o exame da capacidade técnica e operacional das instituições executoras dos projetos conveniados.

Nestes termos, e cumprindo o papel constitucional que cabe ao Parlamento em fiscalizar os órgãos públicos de interesse da sociedade brasileira, solicito encaminhamento desse Requerimento de Informação.

Sala das Comissões, em 20 de março de 2013.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR